

Mecanismos de Desclassificação de Resíduos¹

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	1
1.1	Objetivos	2
2.	MECANISMOS DE DESCLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS	4
2.1	Preparação para Reutilização.....	4
2.1.1	Procedimento de Licenciamento e Registo	5
2.2	Fim do Estatuto de Resíduo – FER	6
2.2.1	Procedimento de Licenciamento e Registo	7
2.3	Reciclagem na Indústria Transformadora	7
2.3.1	Procedimento de Licenciamento e Registo	8
2.4	Marcação CE.....	9
2.4.1	Procedimento de Licenciamento e Registo	10
2.5	Subproduto	10
2.5.1	Enquadramento Legal	10
2.5.2	Âmbito de Aplicação	11
2.5.3	Definição de “Processo Produtivo”	11
2.5.4	Garantias de Utilização Certa.....	12
2.5.5	Encaminhamento da substância/objeto	12
2.5.6	Utilização futura - articulação com legislação específica	13

1. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

O Regime Geral de Gestão de Resíduos – RGGR (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho) transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2008/98/CE, de 19 de Novembro (Diretiva Quadro Resíduos - DQR). Este diploma prevê a aplicação de “mecanismos de desclassificação de resíduos” que, quando devidamente enquadrados, permite que alguns materiais, ao cumprirem com determinados requisitos legais, possam ser utilizados como produtos sem que os trâmites administrativos associados à gestão de resíduos lhes sejam aplicáveis.

¹ Para efeitos do presente documento, entende-se por “mecanismos de desclassificação de resíduos”, a aplicação de disposições legais que permitem que um resíduo deixe de assumir a condição de resíduo.

1.1 Objetivos

O principal objetivo do presente documento é o de uniformizar procedimentos relativamente à desclassificação de resíduos.

Pretende-se igualmente alertar que nem sempre o resultado de uma operação de valorização de resíduos tem como *output* resíduos valorizados. Há situações perante as quais os resíduos tratados/valorizados são, na realidade, produtos, desde que sejam observados determinados requisitos (ver 1º e 2º Grupo infra identificados).

De acordo com o entendimento da Autoridade Nacional de Resíduos (ANR), os mecanismos perante os quais um resíduo pode ser desclassificado, são através de:

- a) Preparação para reutilização;
- b) Aplicação do artigo 44.ºB do RGGR – Fim do Estatuto de Resíduo (FER);
- c) Reciclagem na indústria transformadora;
- d) Marcação CE;
- e) Aplicação do artigo 44.ºA do RGGR – Subproduto;

Estes mecanismos apresentam vantagens para os operadores económicos e para a economia em geral, desonerando e simplificando, em matéria de resíduos, as formas de aproveitamento das substâncias, objetos ou produtos em causa.

A partir do momento em que determinado resíduo é desclassificado passa a estar abrangido pela legislação relativa a produtos, deixando de ser competência da ANR acautelar o cumprimento da legislação nacional e comunitária em matéria de produto.

Tendo como pressupostos as seguintes definições:

- “*Produto*” – todo o material que é deliberadamente produzido num processo produtivo. (Guia DQR)
- “*Resíduo de Produção*” – material que não é produzido deliberadamente num processo produtivo mas que pode ser ou não ser um resíduo. (Guia DQR²)
- “*Subproduto*” – “resíduo de produção” que não é considerado resíduo (COM (2007)³),

os mecanismos de desclassificação de resíduos podem encaixar-se em 3 grupos distintos, consoante o processo que lhes dá origem e se a sua produção é, ou não, deliberada.

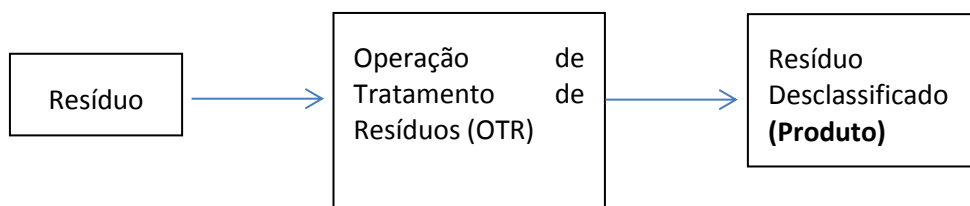
² http://ec.europa.eu/environment/waste/framework/pdf/guidance_doc.pdf

³ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0059:FIN:PT:PDF>

1º Grupo: O resíduo desclassificado é o resultado de uma operação de valorização de resíduos e é deliberadamente produzido.

Enquadram-se neste grupo:

- a) Preparação para reutilização (PR), e
- b) Aplicação do Fim do Estatuto de Resíduo - FER (CAE 38)



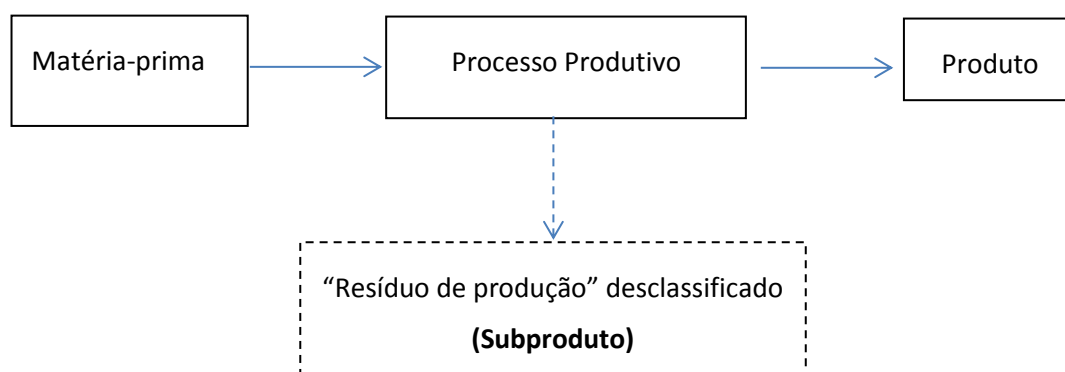
2º Grupo: O resíduo desclassificado é o resultado de um processo produtivo que recebe resíduos como matéria-prima e é deliberadamente produzido.

- c) Reciclagem na indústria transformadora, e
- d) Fabrico dum produto sujeito a marcação CE



3º Grupo: O resíduo desclassificado é o resultado de um processo produtivo onde não existe intenção de o produzir. Ao contrário dos casos anteriores, não está aqui envolvida qualquer operação de gestão de resíduos que preceda a desclassificação do resíduo.

- e) Aplicação do Subproduto



2. MECANISMOS DE DESCLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS

2.1 Preparação para Reutilização

O RGGR define:

- **Reutilização** (alínea nn) do artigo 3.º) - *qualquer operação mediante a qual produtos ou componentes que não sejam resíduos são utilizados novamente para o mesmo fim para que foram concebidos.*

Trata-se de um novo uso a dar a produtos ou componentes que não chegam a ser resíduos.

- **Preparação para reutilização** (alínea v) do artigo 3.º) - *as operações de valorização que consistem no controlo, limpeza ou reparação, mediante as quais os produtos ou os componentes de produtos que assumam a natureza de resíduos são preparados para serem utilizados novamente, sem qualquer outro tipo de pré-processamento.*

Conjugando as duas definições, a operação de “preparação para reutilização” altera a condição do resíduo, transformando-o novamente num material (produto) apto para ser reutilizado, isto é, usado novamente para o mesmo fim para que foi concebido.

Desta forma é possível fazer uma distinção entre:

- reutilização como forma de prevenção de produção de resíduos, e
- reutilização após uma operação de valorização do resíduo (preparação para reutilização)

As operações de “preparação para reutilização” podem ser desenvolvidas, quer em operadores de tratamento de resíduos (CAE 38), quer numa instalação industrial (CAE industrial) que utilize resíduos como matéria-prima e os prepare novamente para serem utilizados para o mesmo fim.

Exemplos de operações de preparação para reutilização:

- Reparação de bicicletas ou de mobiliário, dos quais os donos se desfizeram (Exemplos do Guia DQR, cap. 1.4.4)
- Operações de recauchutagem de pneus, em que os recauchutadores recebem os pneus na condição de resíduo (o resíduo é propriedade do recauchutador), é efetuada uma operação de “preparação para reutilização” e os pneus são revendidos como produto. Esta operação deve ser classificada na CAE 22112 – *Reconstrução de Pneus*, e é uma OTR desenvolvida numa atividade industrial.

Nota: esta operação não deve ser confundida com a reparação de pneus relativamente aos quais o dono não tem intenção de se desfazer (o pneu danificado continua a ser propriedade do cliente). Após a operação de reparação o pneu é devolvido ao dono. Tratam-se de atividades classificadas, por exemplo, na CAE 45200 - *Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis* (onde se inclui a reparação de pneus e câmaras-de-ar).

- Peças de Veículos em Fim de Vida (VFV)

Assumindo um VFV a natureza de resíduo, as peças nele contidas também o são. As operações de “preparação para reutilização” realizadas pelos operadores de desmantelamento de VFV (operadores que executam ações de controlo, limpeza ou reparação dos componentes para

serem utilizados novamente, sem qualquer outro tipo de pré-processamento), possibilitam que os componentes dos veículos passem à condição de produto, podendo ser adquiridos por particulares, oficinas, etc. Para mais detalhes pode ser consultado o documento “Perguntas Frequentes VFV” no capítulo 8.1 disponível no *site* da APA em [http://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/Resíduos/FluxosEspecificosResíduos/VFV/FAQ_VF_V_fev2015 .pdf](http://www.apambiente.pt/zdata/Políticas/Resíduos/FluxosEspecificosResíduos/VFV/FAQ_VF_V_fev2015.pdf).

- Os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), *cujo detentor tem intenção de se desfazer* (nomeadamente os equipamentos fora de uso deixados nos ecocentros), podem ser preparados de distintas formas para uma nova utilização. Estas operações são desenvolvidas em “centros que efetuam a preparação para reutilização” e a atividade está sujeita ao cumprimento de requisitos mínimos de qualidade e eficiência a estabelecer pela APA, nos termos do Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio.

- “Preparação para reutilização” de REEE inteiros

Operadores controlam, limpam e/ou reparam equipamentos elétricos e eletrónicos que haviam sido descartados pelos detentores em pontos de recolha de REEE, e recolocam-nos no mercado como produtos.

Nota: esta operação não deve ser confundida com a reparação de equipamentos elétricos e eletrónicos (a que correspondem p. ex., as CAE 95110, 95210 ou a 95220) dos quais o detentor não tem intenção de se desfazer, não chegando a assumir a natureza de resíduos.

- “Preparação para reutilização” de peças dos REEE

Componentes, subconjuntos e materiais consumíveis que são removidos dos REEE e são preparados para reutilização, e colocados no mercado como produtos.

- A descontaminação de solos configura uma “preparação para a reutilização” se os solos, após a descontaminação, cumprirem os valores de referência constantes nas Normas de Ontário, tendo em conta o uso previsto para esses solos descontaminados. O *output* desta operação – o solo descontaminado – é considerado um produto. [As Normas de Ontário podem ser consultadas em <http://www.ontario.ca/document/soil-ground-water-and-sediment-standards-use-under-part-xv1-environmental-protection-act>]

2.1.1 Procedimento de Licenciamento e Registo

A operação de “preparação para reutilização” desenvolvida num operador de tratamento de resíduos encontra-se sujeita a licenciamento ao abrigo do Capítulo III do Título II do RGGR, relativo ao licenciamento das atividades de tratamento de resíduos.

O licenciamento das operações de “preparação para reutilização” desenvolvidas numa instalação industrial na aceção do Sistema da Indústria Responsável (SIR), Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 73/2015, de 11 de maio, que cria o Sistema da Indústria Responsável (SIR), considera-se que o título a emitir no âmbito do SIR constitui condição suficiente para o exercício da atividade industrial.⁴

⁴ Alínea a) do n.º1 do Artigo 42.º do RGGR na redação dada pelo Artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio (Licenciamento Único Ambiental - LUA)

Para determinados fluxos específicos de resíduos para os quais exista legislação própria, os procedimentos de licenciamento a aplicar são os previstos nesses regimes.

O operador que efetuar uma operação de “preparação para reutilização” encontra-se igualmente sujeito a inscrição e registo de dados no sistema integrado de registo eletrónico de resíduos - SIRER, ao abrigo dos artigos 45.º a 49.º B do RGGR.

2.2 Fim do Estatuto de Resíduo – FER

O FER é aplicável a resíduos que tenham sido submetidos a uma operação de valorização, desenvolvida por um operador devidamente licenciado desde que seja evidenciado o cumprimento de critérios previamente definidos - critérios FER. Para que estes critérios FER sejam definidos, é necessário que se encontrem reunidas as seguintes condições (artigos 6.º da Diretiva Quadro de Resíduos e 44.º B do Regime Geral de Gestão de Resíduos):

- a. A substância ou objeto ser habitualmente utilizado para fins específicos;
- b. Existir um mercado ou procura para essa substância ou objeto;
- c. A substância ou objeto satisfazer os requisitos técnicos para os fins específicos e respeitar a legislação e as normas aplicáveis aos produtos; e
- d. A utilização da substância ou objeto não acarretar impactos globalmente adversos do ponto de vista ambiental ou da saúde humana.

Reunidas estas quadro condições, poderão ser desenvolvidos critérios, por fileira de resíduo, a nível comunitário - critérios FER comunitários - ou, na ausência destes, ao nível do Estado-membro - critérios FER nacionais.

Os critérios FER comunitários são publicados no Jornal Oficial da União Europeia, sob a forma de Regulamentos (UE) - *Regulamentos FER*.

À data, foram publicados critérios FER comunitários para os seguintes materiais: [Sucatas de ferro, aço e alumínio - Regulamento \(UE\) n.º 333/2011](#), [Casco de vidro - Regulamento \(UE\) n.º 1179/2012](#) e [Sucata de cobre - Regulamento \(UE\) n.º 715/2013](#).

Para mais informações relativas ao desenvolvimento de critérios FER a nível europeu, consultar o portal do [Joint Research Centre / Institute for Prospective Technological Studies / susproc](#).

Os Regulamentos FER determinam que o operador de tratamento de resíduos (OTR) tem de:

- Implementar um Sistema de Gestão (SG) que demonstre a observância dos requisitos do respetivo Regulamento UE.
- Emitir, por remessa de produto, uma Declaração de Conformidade de acordo com modelo refletido no respetivo Regulamento.
- Sujeitar o SG a uma verificação trienal por parte dum organismo de certificação (OC) acreditado para o efeito pelo Instituto Português de Acreditação – IPAC, IP.

Para a pesquisa de OC acreditados para o efeito dos Regulamentos FER, consultar a página web do IPAC em: <http://www.ipac.pt/pesquisa/acredita.asp> [selecionar Organismos de Certificação de Produtos, Processos e Serviços (ISO/IEC 17065), seguido de Serviço de reciclagem].

Na página web do IPAC encontra-se, igualmente, disponível o documento com os requisitos de acreditação específicos para os efeitos dos Regulamentos FER (documento OEC019), em <http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/regras/OEC019.pdf>.

Para mais informações relativas ao desenvolvimento de critérios FER a nível europeu, consultar o portal do Joint Research Centre / Institute for Prospective Technological Studies / susproc.

Na ausência de critérios comunitários, cada estado-membro pode desenvolver critérios nacionais, sendo que no caso português esta competência está cometida à APA, que deverá:

- a. preparar um projeto legislativo que especifique os critérios para a desclassificação do resíduo; e
- b. enviar o referido projeto legislativo ao Instituto Português da Qualidade, que dele notificará a Comissão Europeia, nos termos da Diretiva UE 2015/1535, que enquadra o procedimento de informação no domínio das regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade de informação.

Respeitados os prazos aplicáveis, estabelecidos nos termos da Diretiva UE 2015/1535, os critérios FER são aprovados e publicados sob a forma de portaria.

A partir do momento em que o resíduo é desclassificado através da atribuição de FER, deixa de lhe ser aplicável a legislação relativa aos resíduos, passando a ser abrangido pela legislação relativa a produtos/substâncias/artigos, nomeadamente CLP (Classificação, embalagem e rotulagem – Regulamento (CE) n.º 1272/2008) e REACH (Regulamento (CE) n.º 1907/2006).

2.2.1 Procedimento de Licenciamento e Registo

Uma vez que a desclassificação de um resíduo através da aplicação do FER envolve uma operação de valorização, encontra-se sujeita a licenciamento ao abrigo do Capítulo III do Título II do RGGR, relativo ao licenciamento das atividades de tratamento de resíduos.

O operador de tratamento de resíduos que proceda à respetiva desclassificação deve, igualmente, zelar para que lhe seja atribuída, como CAE, principal ou secundária, a subclasse CAE, do Grupo 383 (valorização de materiais), correspondente à atividade de desclassificação de resíduos em causa.

O referido operador encontra-se, ainda, sujeito a inscrição e registo de dados no SIRER, ao abrigo dos artigos 45.º a 49.º B do RGGR. Saliente-se que, sempre que um resíduo seja sujeito a uma operação de valorização que tenha como consequência a atribuição do FER, não deve ser preenchido o *Formulário C2 – Ficha sobre Resíduos Processados*, relativamente aos quantitativos desclassificados.

2.3 Reciclagem na Indústria Transformadora

O RGGR define **reciclagem** como “qualquer operação de valorização, incluindo o reprocessamento de materiais orgânicos, através da qual os materiais constituintes dos resíduos são novamente transformados em **produtos**, materiais ou substâncias para o seu fim original ou para outros fins mas que não inclui a valorização energética nem o reprocessamento em materiais que devam ser utilizados como combustível ou em operações de enchimento” (alínea bb) do artigo 3.º).

Por sua vez, o documento Notas Explicativas da CAE-Rev. 3 (Instituto Nacional de Estatística, 2007) define as atividades desenvolvidas na Secção C da CAE – **Indústrias Transformadoras** como “atividades que transformam, por qualquer processo (químico, mecânico, etc.), matérias-primas

provenientes de várias atividades económicas (inclui materiais usados e desperdícios) em novos produtos.”

Segundo aquele documento, “Estão também compreendidas no âmbito das indústrias transformadoras as seguintes atividades [...]: Fabricação de produtos novos a partir de sucata e de resíduos (classificam-se na Subclasse onde são produzidos os produtos com matérias-primas “virgem”).”

As atividades que se incluem na Secção C, independentemente de poderem integrar operações de valorização/reciclagem de resíduos, conduzem à produção de um novo produto, não configurando operações da qual resulta um resíduo que ainda necessite de desclassificação (ver esquema 2º Grupo). A este respeito, salienta-se ainda que a uma atividade só pode corresponder uma CAE (isto é, o mesmo processo não pode ser classificado com uma CAE industrial e uma CAE de operador de tratamento de resíduos).

Importa ainda salientar que não está incluído nesta secção da CAE, o processamento de resíduos do qual resultem ainda resíduos tratados que serão submetidos, posteriormente, a outras operações de valorização. Nestas situações não deve ser considerada uma reciclagem, mas sim um pré-tratamento que deve ficar enquadrado na secção E relativa à gestão de resíduos - Grupo 383 (por exemplo, a granulação de plástico extrudido a partir de resíduos).

2.3.1 Procedimento de Licenciamento e Registo

A “Reciclagem na Indústria Transformadora” prevê o fabrico de produtos a partir da transformação de resíduos, e é levada a cabo por atividades licenciadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 73/2015, de 11 de maio, que cria o Sistema da Indústria Responsável (SIR).

Conjugando o SIR com o RGGR, o licenciamento das atividades de reciclagem numa instalação industrial que efetue a substituição total ou parcial de matérias-primas virgens por resíduos, o título a emitir no âmbito do SIR constitui condição suficiente para o exercício da atividade industrial.

Os estabelecimentos abrangidos pelo art.º 48.º do RGGR encontram-se sujeitos a inscrição de dados no SIRER.

Exemplos de operações de reciclagem:

- Fabrico de pasta (CAE 17110) / Fabrico de papel e de cartão (CAE 17120) utilizando papel usado
- Fabrico de biodiesel (CAE 20591) utilizando gorduras animais ou óleos vegetais usados
- CAE 19202 – *Fabricação de produtos petrolíferos a partir de resíduos*
- CAE 23131 – Fabricação de vidro de embalagem, reciclando casco de vidro
- CAE 24100 – Siderurgia e fabricação de ferro-ligas, reciclando sucata metálica
- CAE 24410 – *Obtenção e primeira transformação de metais preciosos* - Recuperação de prata dos líquidos de revelação

2.4 Marcação CE

Desde 2013 que a ANR tem vindo a considerar que, em determinadas circunstâncias, a utilização de resíduos num processo que dê origem a um material sujeito a marcação CE, no âmbito da *Nova Abordagem*, entretanto reformulada com a adoção do *Novo Quadro Legislativo*⁵, constitui um mecanismo de desclassificação de resíduos.

A *Nova Abordagem em matéria de Harmonização Técnica e de Normalização*, entretanto reformulada com a adoção do *Novo Quadro Legislativo*, visa garantir um nível elevado de segurança dos produtos, assegurando que estes estão conformes com as correspondentes normas europeias harmonizadas, podendo circular livremente. Implica a definição, nas *Diretivas/Regulamentos Nova Abordagem*, e por categorias de **produtos**, dos requisitos essenciais obrigatórios destinados a assegurar um nível elevado de proteção do interesse público (nomeadamente nas vertentes saúde, segurança, defesa dos consumidores e ambiente) e a respetiva livre comercialização em todo o mercado europeu. Estes requisitos essenciais são explanados nas normas harmonizadas, as quais dão corpo aos referidos requisitos.

Os procedimentos de avaliação da conformidade estabelecidos no âmbito do Novo Quadro Legislativo podem exigir a intervenção de Organismo(s) Notificado(s).

A comprovação da conformidade baseia-se na evidência de:

- Certificado do Controlo de Produção em Fábrica (CCPF) emitido por organismo notificado e/ou
- Declaração de conformidade emitida pelo produtor a qual habilita o produtor a afixar a marcação CE.

Sendo a marcação CE aplicável a produtos, o fabrico de determinado material com base em resíduos, no estrito cumprimento de:

- norma harmonizada que preveja a utilização de resíduos
- demais requisitos / legislação aplicáveis,

consubstancia uma reciclagem, desde que esteja **garantido o escoamento** do referido material, **para as utilizações previstas na referida norma harmonizada**.

Nesse caso específico, o material resultante deste processamento é um **produto** e não um resíduo não se encontrando, desta forma, sujeito às regras relativas à gestão de resíduos).

Sempre que qualquer uma das condições supra explanadas não se cumpra, o material resultante deste processamento é um **resíduo**, abrangido pela legislação relativa a resíduos.

Relativamente à marcação CE, refira-se, a título de exemplo, a categoria Produtos de Construção e respetivo Regulamento Nova Abordagem – Regulamento UE n.º 305/2011, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção.

No âmbito desse Regulamento:

- a norma harmonizada *NP EN 13242:2002+A1 2010 – Agregados para materiais não ligados ou tratados com ligantes hidráulicos utilizados em trabalhos de engenharia civil e na*

⁵ **Regulamento (CE) n.º 765/2008**, de 9 Julho, que estabelece os requisitos de acreditação e fiscalização do mercado relativos à comercialização de produtos e **Decisão n.º 768/2008/CE**, relativa a um quadro comum para a comercialização de produtos e que revoga a Decisão 93/465/CEE.

construção rodoviária) permite o processamento de resíduos no fabrico dos referidos agregados;

- a norma harmonizada *NP EN 450-1:2012 Cinzas volantes para betão — Parte 1: Definição, especificações e critérios de conformidade*, especifica os requisitos a que as cinzas volantes, provenientes da combustão do carvão em centrais térmicas têm de obedecer, para poderem ser utilizadas para o fabrico de betão.

Para mais informações relativas à marcação CE, nomeadamente consulta das categorias de produtos abrangidas por esta marcação, sugere-se a consulta da página *website* do Instituto Português da Qualidade – IPQ (<http://www1.ipq.pt/pt/assuntoseuropeus/marcacaoce/Pages/MarcacaoCE.aspx>).

2.4.1 Procedimento de Licenciamento e Registo

Tal como referido no ponto 2.4, o material resultante do processamento com marcação CE adquire a condição de produto ou mantém a condição de resíduo, em função do cumprimento, ou não, de uma série de condições, nomeadamente o estrito cumprimento da norma harmonizada aplicável e a existência de mercado para esse material.

Em consequência, e independentemente da condição que o referido material adquira, o respetivo “produtor” / processador deve zelar para que lhe seja atribuída, como CAE, principal ou secundária, a subclasse CAE, do Grupo 383 (valorização de materiais), correspondente à atividade em causa.

Consistindo a “produção” / processamento deste material uma atividade de CAE 38, encontra-se sujeita a licenciamento ao abrigo do Capítulo III do RGGR, relativo ao licenciamento das atividades de tratamento de resíduos.

O referido “produtor” / processador encontra-se, ainda, sujeito a inscrição e registo de dados no SIRER, ao abrigo dos artigos 45.º a 49.º B do RGGR. Saliente-se que, sempre que essa “produção” / processamento cumpra rigorosamente todos os requisitos supra enunciados, dando, assim, origem a um produto, não deve ser preenchido o *Formulário C2 – Ficha sobre Resíduos Processados*, relativamente aos quantitativos desclassificados.

2.5 SUBPRODUTO

2.5.1 Enquadramento Legal

A nível comunitário o conceito de subproduto foi regulamentado com a publicação da DQR que define, no seu artigo 5.º, as quatro condições segundo as quais uma substância ou objeto pode ser considerado um subproduto.

A nível nacional, o conceito de subproduto encontra-se regulado no artigo 44.º-A do RGGR. Para além da premissa “*podem ser considerados subprodutos e não resíduos quaisquer substâncias ou objetos resultantes de um processo produtivo cujo principal objetivo não seja a sua produção*”, devem ser verificadas cumulativamente as quatro condições elencadas no n.º 1 do artigo 44.º-A:

- a) Existir a certeza de posterior utilização da substância ou objeto;*
- b) A substância ou objeto poder ser utilizado diretamente, sem qualquer outro processamento que não seja o da prática industrial normal;*

- c) *A produção da substância ou objeto ser parte integrante de um processo produtivo; e*
- d) *A substância ou objeto cumprir os requisitos relevantes como produto em matéria ambiental e de proteção da saúde e não acarretar impactes globalmente adversos do ponto de vista ambiental ou da saúde humana, face à posterior utilização específica.*

Verificadas as 4 condições, um “resíduo de produção” pode ser considerado um subproduto, não se encontrando desta forma sujeitos às regras relativas à gestão de resíduos. Se as condições do artigo 44.º-A deixarem de ser cumpridas, a substância passa novamente à condição de resíduo.

O pedido de classificação deverá ser feito pelos interessados, através das associações sectoriais ou individualmente, junto da APA através da submissão do formulário de pedido de classificação de Subproduto. O formulário em *Word* pode ser descarregado do portal da APA, devendo ser entregue em formato de papel devidamente datado e assinado.

O pedido é avaliado no prazo de 90 dias, nos termos do n.º 3 do art.º 44.º-A do RGGR, e pela submissão do mesmo é devida uma taxa de 5.000 €, a liquidar pelo proponente aquando da receção do Documento Único de Cobrança (DUC), a emitir pela APA.

2.5.2 Âmbito de Aplicação

O conceito de subproduto é aplicável a substâncias ou objetos que resultam de um processo produtivo cujo principal objetivo não seja a sua produção (“resíduo de produção”), e que são utilizados diretamente, sem qualquer outro processamento, que não seja o da prática industrial normal.

O conceito de subproduto não é aplicável a resíduos excluídos do âmbito do RGGR (*cf.* n.º 2 e n.º 3 do artigo 2.º do RGGR) nem é aplicável a substâncias ou objetos cujo encaminhamento posterior seja a valorização energética. Também não se aplica a resíduos de consumo gerados na atividade produtiva (ex. embalagens vazias) nem a “resíduos de produção” resultado de operações de gestão de resíduos (atividades enquadradas na CAE 38).

2.5.3 Definição de “Processo Produtivo”

A premissa inicial para que determinados materiais possam ser considerados subprodutos é resultarem de um processo produtivo.

Não existindo orientações da Comissão sobre a definição de “processo produtivo”, para efeitos do presente documento, é entendimento da ANR que todos os processos produtivos, desde uma linha de produção em fábrica, a atividade agro-pecuária ou a construção de estradas,... são atividades passíveis de gerar subprodutos.

Também o documento das notas explicativas da CAE vem suportar esta hipótese quando refere que um processo industrial é definido como um *Processo de transformação (físico, químico, manual, etc.) utilizado na fabricação de novos produtos (bens de consumo, intermédios ou de investimento) e na prestação de serviços industriais, definidos no âmbito das Secções B, C, D, E e F.*

O exemplo da Comissão relativo ao gesso de dessulfuração dos gases de combustão das centrais termoelétricas (COM (2007)), gerado na sequência do tratamento de efluentes gasosos, permite uma interpretação em sentido lato do conceito de “processo produtivo” alargando o conceito de subproduto aos materiais resultantes dos tratamentos de fim de linha (tratamento de águas residuais industriais ou tratamento de efluentes gasosos) quando integrados em processos industriais.

Assim, materiais resultantes de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais – ETARI, integrada num estabelecimento industrial, constituem um *output* do processo produtivo (por exemplo, resíduos de desarenamento, gradados e lamas) onde a ETARI está integrada e têm enquadramento no conceito de subproduto. Esta abordagem não é aplicável a materiais resultantes de uma ETAR municipal (CAE 37002), por não ter enquadramento na condição c) do artigo 44.ºA.

2.5.4 Garantias de Utilização Certa

Uma das condições para que determinado material possa ser considerado subproduto é o de existir a certeza de posterior utilização (**condição a**).

Pode, no entanto, haver necessidade de realizar operações de armazenagem temporária ou encaminhar a substância para um intermediário (*trader/broker*). Nestas situações devem ser respeitadas as seguintes restrições:

- Restrições quanto à necessidade de armazenagem

No caso de a armazenagem se prolongar por período de tempo alargado, constituindo um encargo para o detentor, a utilização não pode ser qualificada como certa pelo que a substância/objeto deve ser considerada um resíduo.⁶

Para que as operações de armazenagem não se prolonguem por tempo indeterminado, deve ficar estabelecido que após lotação do espaço previamente definido para o armazenamento do subproduto, os materiais são considerados resíduos. A partir desse momento fica inviabilizado o cumprimento da 1ª condição relativa à “utilização certa”.

- Restrição quanto ao encaminhamento para intermediários (*traders/brokers*)

O encaminhamento da substância/objeto para um intermediário não dá garantias da sua efetiva utilização num utilizador final. Nestas situações, não basta a apresentação de declaração de interesse do intermediário, sendo também necessários comprovativos da utilização efetiva do material no processo industrial final (ver ponto 2.5.5.).

Idealmente, deve ficar contratualizado com os traders que o encaminhamento da substância/objeto para um local intermédio antes da efetiva utilização, não pode prejudicar a qualidade do material para esse fim. Adicionalmente deve também ficar previsto que a substância/objeto não pode ficar indefinidamente armazenada nas instalações intermediárias.

2.5.5 Utilização final da substância/objeto – Processos Industriais

Para existir enquadramento no conceito de subproduto, uma das condições a verificar está diretamente relacionada com a utilização futura da substância ou objeto, **condição b**), que impõe a sua *utilização, sem qualquer outro processamento que não seja o da prática industrial normal*.

Considera-se que as atividades industriais inseridas no anexo I do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, que cria o Sistema da Indústria Responsável (SIR) e regula o exercício da atividade industrial, são os encaminhamentos passíveis de receber materiais classificáveis como subproduto. É também do entendimento da APA que o encaminhamento direto para agricultura ou a alimentação animal direta, assim como a utilização direta em obras de construção civil/ regularização de estradas, têm enquadramento neste conceito.

⁶ Acórdãos do TJCE (n.º 41 do C-195/05, n.º 38 do C-9/00)

2.5.6 Utilização futura - articulação com legislação específica

A existência de legislação específica que afete a utilização futura dos “resíduos de produção” implica que, para efeitos da verificação do cumprimento da **condição d)**, sejam consultadas as autoridades competentes pela aplicação dessa legislação específica.

No âmbito da classificação de subprodutos, têm vindo a ser submetidos pedidos que envolvem a utilização de substâncias/objetos especificamente para os seguintes fins:

- a. Fabrico de material fertilizante
- b. Fabrico de produtos para alimentação animal
- c. Fabrico de materiais de construção

a. Utilização de “resíduos de produção” no fabrico de matérias fertilizantes

O Decreto-lei n.º 103/2015, de 15 de Junho⁷, vem definir as regras de colocação no mercado de matérias fertilizantes (adubos e corretivos agrícolas), sendo a Direção Geral das Atividades Económicas – DGAE, a autoridade competente para a operacionalização deste diploma.

Em matéria de subproduto, só são passíveis de desclassificação enquanto matéria-prima as substâncias/objeto que tenham a qualidade necessária para produzir matérias fertilizantes tendo que obedecer às especificações elencadas no referido diploma. Esta evidência concorre para a verificação do cumprimento da condição d).

b. Utilização de “resíduos de produção” no fabrico de produtos para alimentação animal

As substâncias a utilizar para alimentação animal podem ter diversas classificações de acordo com os seguintes enquadramentos legais, e cuja entidade competente pela sua aplicação é a Direção Geral de Alimentação e Veterinária - DGAV:

- Matérias-primas para a Alimentação Animal → Regulamento n.º 68/2013 da Comissão, de 16 de janeiro de 2013, relativo ao Catálogo de Matérias-Primas para Alimentação Animal
- Aditivos → Regulamento n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro de 2003, relativo aos aditivos destinados à alimentação animal

Nos termos do RGGR, o encaminhamento de substâncias/objetos como subproduto para os fins acima indicados pode ser feito desde que em observância com o Catálogo de Matérias-Primas para Alimentação Animal, devendo complementarmente ser tidas em consideração outras disposições legislativas aplicáveis no domínio da alimentação animal⁸.

Os pareceres/declaração da DGAV em como o material está habilitado para ser utilizado como matéria-prima para alimentação animal ou aditivo, são condição necessária para a verificação do cumprimento da alínea d) do artigo 44.º-A, relativo aos subprodutos.

c. Utilização de “resíduos de produção” no fabrico de materiais de construção

As substâncias/objetos encaminhados para as atividades de fabrico de materiais de construção ou quando utilizadas diretamente, têm enquadramento para poderem vir a ser considerados subprodutos. Contudo, é necessário ter em conta que o setor da construção é altamente regulado,

⁷ Revoga o DL n.º 190/2004, de 17 de agosto, e a Portaria n.º 1322/2006, de 24 de novembro

⁸ <http://www.dgv.min-agricultura.pt/portal/page/portal/DGV/genericos?generico=17120&cboui=17120>

em que o Regulamento (UE) n.º 305/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, executado para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 130/2013, de 10 de setembro, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção⁹.

Só serão passíveis de desclassificação, as substâncias/objeto que tenham a qualidade necessária para ser utilizadas como matéria-prima na atividade de construção, desde que seja cumprida a legislação acima mencionada bem como as especificações técnicas aplicáveis para o uso previsto. Previamente à submissão do pedido de subproduto deverá ser consultado o Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC, o Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, IP – InIR, ou outra entidade que ateste esta condição.

➔ “Resíduos de produção” **com enquadramento** no conceito do subproduto:

- resíduos resultantes da **construção** de obras (ver “processo produtivo”, ponto 2.5.3)

➔ Exemplos, **sem enquadramento** no conceito de subproduto:

- resíduos de extração que resultem diretamente de atividades da Indústria Extrativa¹⁰
- resíduos resultantes da transformação do mineral extraído de uma pedreira (restos de pedra natural, pó de pedra, costaneiros) numa indústria transformadora (por ex. numa fábrica de bancadas de granito para cozinha)¹⁰
- resíduos provenientes da **demolição** de obras (não são o resultado de um processo produtivo)

O LNEC elaborou as seguintes especificações, disponíveis na sua *webpage* em <http://www.lnec.pt/pt/servicos/normalizacao-e-regulamentacao/especificacoes-lnec/especificacoes-lnec-em-vigor/>, cujo cumprimento pode ajudar a aferir a viabilidade da condição d) do n.º 1 do artigo 44. A do RGGR:

- E 471 – 2009 - Guia para a utilização de agregados reciclados grossos em betões de ligantes hidráulicos
- E 472 – 2009 - Guia para a reciclagem de misturas betuminosas a quente em central
- E 473 – 2009 - Guia para a utilização de agregados reciclados em camadas não ligadas de pavimentos
- E 474 – 2009 - Guia para a utilização de materiais reciclados provenientes de resíduos de construção e demolição em aterro e camada de leito de infraestruturas de transporte
- E 483 – 2016 - Guia para a utilização de agregados reciclados provenientes de misturas betuminosas recuperadas para camadas não ligadas de pavimentos rodoviários

⁹ http://www1.ipg.pt/PT/AssuntosEuropeus/MarcacaoCE/ListaDasDirectivas/Pages/Por%20Diretiva/Produtos_construcao.aspx

¹⁰ Resíduos excluídos do âmbito do RGGR, alínea b) do n.º3 do artigo 2.º. A gestão destes resíduos segue os trâmites do Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de Fevereiro na sua atual redação.

- E 484 – 2016 - Guia para a utilização de materiais provenientes de resíduos de construção e demolição em caminhos rurais e florestais
- E 485 - Guia para a utilização de materiais provenientes de resíduos de construção e demolição em preenchimento de valas

Salienta-se que o cumprimento de uma ou mais Especificação LNEC, por si só, não desclassifica o material da condição de resíduo.